

ENTREVISTA AO PROF. MARIO GONZÁLEZ (JULHO/2007)



Como dissemos na Apresentação, este número inaugural da **Intersecciones** – **Revista da APEESP** é dedicado à memória do professor Mario Miguel González, falecido em 13 de fevereiro deste ano. Nesta retomada de uma publicação realizada pela APEESP, isso significa não apenas reconhecimento e gratidão, mas também o desejo de que seu exemplo continue a inspirar nossa atuação na Associação.

O professor Mario González foi um dos fundadores da APEESP, em 1983, e seu primeiro presidente, bem como um de seus mais ativos e entusiasmados membros ao longo da história da Associação, tendo realizado inúmeros trabalhos em seu âmbito. Mesmo quando não era membro nas diretorias, participava assiduamente das assembleias e reuniões, sempre defendendo que a APEESP fosse

o espaço de atuação coletiva dos professores de espanhol de nosso estado, que funcionasse de forma democrática e independente, que lutasse por uma educação de qualidade...

A entrevista que voltamos a publicar agora foi concedida à APEESP em julho de 2007, por ocasião de seus 70 anos, e publicada no Boletim da APEESP naquela data. Nela, o professor Mario fala sobre sua trajetória no Brasil e sobre a fundação da APEESP e da ABH (Associação Brasileira de Hispanistas).

APEESP: Você poderia contar um pouco de sua história na Universidade de São Paulo? Quando você chegou aqui? O que o motivou a trabalhar com o hispanismo no Brasil?

Prof. Mario: Após graduar-me em Letras, na Universidad Católica de Córdoba (Argentina), obtive uma bolsa para fazer os cursos de doutorado na então Universidad de Madrid (hoje Complutense). Morei três anos no “Colegio Mayor Guadalupe”, do lado da Casa do Brasil, em Madri. Amizades com brasileiras e brasileiros levaram-me a conhecer essa residência de estudantes e, nela, a descobrir este país. Após os cursos de doutorado, já na Argentina, recebi o convite para vir lecionar Língua Espanhola na recém criada Escola de Comunicações Culturais (hoje ECA) da USP. Logo depois, fui incorporado à então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, precisamente para lecionar Literatura Espanhola, que era minha especialidade desde que me iniciei como monitor dessa cadeira, na Universidad Católica de Córdoba, em 1962.

Vim para o Brasil porque, já na Espanha, fascinaram-me, em primeiro lugar, as pessoas e sua cordialidade; em segundo lugar, a sua rica e variadíssima cultura; em terceiro, a sua fascinante natureza. Quando cheguei, somou-se a isso a sensação de que poderia fazer muitas coisas no campo do Hispanismo, precisamente.

APEESP: Que diferenças você vê entre a Universidade que conheceu no início de sua carreira e esta dos dias atuais?

Prof. Mario: Eu ingressei numa Universidade que ainda se estruturava pelo sistema de cadeiras. O catedrático era onipotente. Convidava para trabalhar como seus assistentes quem ele quisesse. E podia dispensar qualquer um deles a qualquer hora, por qualquer motivo. Não tenho saudades desse sistema, que acabou legalmente em 1970, com a reforma universitária da ditadura, a qual instituiu o sistema atual de departamentos. Mas, em alguns destes, como no DLM [Departamento de Letras Modernas], na prática, as cadeiras continuaram vingando até o início dos anos 80, quando uma verdadeira revolta obrigou a que o sistema departamental fosse de fato implantado no DLM.

Depois, a partir de 1988, com a implantação da autonomia das universidades estaduais paulistas, houve um novo estatuto da USP. No meu ver, a universidade que se estruturou com ele é por demais verticalizada, de tal maneira que a diversidade das unidades e departamentos é desconsiderada, contrariando-se o sentido de “unir o diverso”, que deveria marcar a universidade. Além disso, o sistema de representação é inadequado, cabendo a uma minoria deliberar pela maioria, nem sempre com a devida adequação e legitimidade. Um dos fatos que melhor comprovam a inadequação desse sistema é a escolha do reitor, que é nomeado pelo governador do estado (a quem sempre deverá o cargo), a partir de uma lista tríplice feita apenas pelo C.O., que é uma minoria.

Por outra parte, acho que, nos anos 60 e 70, os estudantes conheciam melhor a universidade e lutavam por ela no contexto de uma situação política (a ditadura) na qual a universidade era a certeza da liberdade. Hoje, vejo os estudantes bem mais voltados para o imediato e carentes, na maioria dos casos, de um conhecimento maior da instituição e de suas funções no atual contexto político. Isso leva a uma pluralidade de reivindicações (muito justas, a maioria delas) nem sempre articuladas e a ações que nem sempre são a vontade da maioria e que podem acabar de maneira confusa, mesmo quando vitoriosas. Para acabar com essa desorientação só há um caminho: o diálogo com eles.

APEESP: O que o levou à idealização de uma associação de professores de espanhol no Brasil?

Prof. Mario: Foi simples. Durante anos, alguns almejamos a criação de uma associação nacional de professores de espanhol ou coisa parecida. Mas, nos anos 60 ou 70, éramos um grupo muito pequeno, estávamos espalhados pela imensidão do Brasil e não dispúnhamos de meios de comunicação suficientemente ágeis. Até que em 1981, no Rio de Janeiro, foi criada a APEERJ. A incomunicação era tão grande que, na USP, só soubemos disso dois anos depois. Percebemos que a fórmula era nuclear-nos por estados. Criamos a APEESP, em dezembro de 1983, impulsionamos a criação de outras associações similares (APERGS, APEEPR, APEESC, de imediato) e, em 1984, lançamos a idéia dos congressos bienais de professores de espanhol. O primeiro, foi no Rio, em 1985; e a série nunca foi interrompida.

APEESP: E a ABH? Como surgiu essa idéia?

Prof. Mario: A ABH surgiu em decorrência do desenvolvimento dos estudos de pós-graduação no campo do Hispanismo, no Brasil, a partir dos anos 80/90. Esses estudos levaram a um maior desenvolvimento de pesquisas sobre a Língua Espanhola e suas Literaturas. O único espaço específico para expor os resultados eram os congressos de professores de espanhol. Mas estes, cada vez mais, voltavam-se para aspectos didáticos (como é conveniente que o façam) e as comunicações perdiam-se no meio de oficinas e relatos de experiências. Havia um espaço internacional para expor a pesquisa: os congressos da “Asociación Internacional de Hispanistas”, mas nem todos podiam comparecer a eles, é claro. Num desses congressos, o XII, realizado em Madri, em 1998, dez dos quinze brasileiros presentes a ele, reunidos num almoço, pensamos: por que não criarmos uma associação brasileira de hispanistas e organizar congressos de pesquisadores? Um ano depois, coube-me convocar os outros nove colegas (de três universidades públicas brasileiras) para lançar a idéia. Isso foi feito em setembro de 1999, no congresso de professores de espanhol realizado em Vitória, na UFES. Um número

inesperado de adesões permitiu reunir o I Congresso Brasileiro de Hispanistas, em outubro de 2000, na UFF, e nele fundar a ABH.

APEESP: Como você vê a APEESP hoje? Qual sua função no atual contexto? Que papel deve ter neste momento de implantação da disciplina língua espanhola nas escolas brasileiras?

Prof. Mario: A APEESP foi criada quando intuímos duas coisas: o fim da ditadura militar; e, com ele, o aparecimento de espaços e condições para a integração latino-americana, onde a língua espanhola caberia um importante papel. Para estar preparados para isso, era imprescindível nos organizarmos. Acho que as APEs, em geral, e a APEESP de maneira muito particular cumpriram esse objetivo. Hoje, os tempos são outros e o papel das APEs e da APEESP é consideravelmente mais concreto, complexo e de enorme magnitude. Hoje há uma grande demanda pelos estudos de Espanhol no Brasil. Por conseguinte, há uma grande demanda de professores e de materiais didáticos. Cabe às APEs atender às necessidades que essas demandas geram, no sentido de reunir os professores, lhes oferecer ou canalizar as oportunidades válidas que apareçam (ou promovê-las) de se aperfeiçoar e de realizar uma formação continuada, de permitir-lhes expor suas carências, suas experiências, seus resultados. Cabe também às APEs manter uma atitude crítica no processo de implantação do ensino do Espanhol no ensino básico, apontando a usurpação de funções, as falácias, a necessidade de atuação do estado (os municípios, os estados e o poder federal) para que esse processo seja conduzido visando ao interesse público. Para tanto, seria de desejar que as APEs se articulassem de maneira mais sólida, mediante uma federação, por exemplo, sempre que sejam colocadas garantias de que uma federação não virá a ser manipulada mediante a atuação de associações mais fracas ou fantasmas, como já se tentou fazer mais de uma vez obedecendo a interesses e pressões vindos de fora do Brasil.